



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

RESPOSTA AO RECURSO E CONTRARRAZÕES DE PROCESSO LICITATÓRIO

RECURSO: SERPAV COMÉRCIO E PAVIMENTAÇÃO LTDA

CONTRARRAZÕES: LOGRAR ENGENHARIA EIRELI

PROCESSO Nº 14227 / 2023 (flowdocs)

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS

Nº 053/2023 – Tipo Eletrônico – Plataforma BLL Compras

DATA DA ABERTURA: 24 de outubro de 2023

HORÁRIO: 10:00 horas – HORÁRIO DE BRASÍLIA

Processo Licitatório: 012316/2023

DO OBJETO: CONTRATAÇÃO PARA FUTUROS E EVENTUAIS SERVIÇOS DE OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DE USINA DE ASFALTO, TRANSPORTE E APLICAÇÃO DE C.B.U.Q (CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE) INCLUINDO EQUIPAMENTOS ESPECÍFICOS E MÃO-DE-OBRA ESPECIALIZADA, PARA ATENDIMENTO DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO.

Inicialmente informamos que o procedimento licitatório foi realizado na modalidade Pregão Eletrônico, do tipo menor valor global, para registro de preços, com observância da Lei Complementar nº 123/06 de 14 de dezembro de 2006, com observância ao Decreto Municipal nº 3.584, de 01 de dezembro de 2022 e as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021. O edital foi publicado no Diário Oficial do Município em 03/10/2023, no jornal de grande circulação (O Dia) em 04/10/2023, além de ficar disponível para download na página da prefeitura no link: <https://www.sjvriopreto.rj.gov.br/licitacao>.

DA MANIFESTAÇÃO DE RECURSOS:

De acordo com o item 11.1 do edital, conforme abaixo, a manifestação de recurso deverá ser forma MOTIVADA e RESUMIDA, prazo máximo de 15 (quinze) minutos.

11.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo máximo de 15 (quinze) minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada e RESUMIDA, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

A empresa **SERPAV COMÉRCIO E PAVIMENTAÇÃO LTDA**, manifestou interesse de recurso de forma e prazo correto, conforme consta na plataforma BLL Compras: “Contra a inabilitação de nossa empresa e contra a habilitação da empresa LOGRAR,” motivando o recurso.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

Recursos

Manifestações

Horário

24/10/2023 14:17

SERPAV COMERCIO E PAVIMENTAÇÃO LTDA

MANIFESTADA

Recursos

Horário	Autor	Situação
27/10/2023 11:44	SERPAV COMÉRCIO E PAVIMENTAÇÃO LTDA	NÃO JULGADO

Contrarrazões

Selecione um recurso

Julgamento do recurso

Selecione um recurso

Print tela bll compras - recurso

DA TEMPESTIVIDADE:

O presente recurso foi interposto dentro do prazo legal, portanto tempestivo, pela empresa **SERPAV COMÉRCIO E PAVIMENTAÇÃO LTDA**.

DO RECURSO ADMINISTRATIVO APRESENTADO NA PLATAFORMA BLL COMPRAS:

DO MERITO:

A RECORRENTE informa em sua interposição de recurso do seu interesse e legitimidade para recorrer, a tempestividade, a regularidade formal e material, e elenca de forma pormenorizada seus pressupostos.

Alega a RECORRENTE que no item 9.12.1.1. a manutenção e operação de usina de asfalto a quente, não foi atendido em sua plenitude, apresentando para comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente a Certidão de Acervo Técnico – CAT nº 1074/2023, onde encontramos algumas inconsistências, conforme a seguir:

A empresa informa que o serviço constante no Atestado de Capacidade Técnica foi de 01/02/2021 à 01/03/2021, portanto 30 (trinta) dias corridos de operação, o que não é o suficiente para comprovar a capacidade técnica operacional em um contrato que terá 12 (doze) meses de duração, informando a Súmula TCU 263 sobre o assunto.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

A empresa também informa que outro fator de extrema relevância é a habilitação jurídica da empresa, “que consta na Certidão de Registro de Pessoa Jurídica nº 104552/2023, expedida pelo CREA/RJ e a Certidão de Registro e Quitação de Pessoa Jurídica nº 50597, expedida pelo CREA/ES, habilitam apenas a executarem OBRAS E SERVICOS DE ENGACIVIL / OS ENGA CIVIL. Enquanto a habilitação profissional de seu responsável técnico, Certidão de Registro Profissional do Engenheiro Civil EDWARD DA COSTA SILVA NETTO, o habilitam a executar atividades profissionais dentro de suas atribuições”.

Em síntese, alega a empresa que o prazo constante na Certidão de Acervo Técnico apresentada pela empresa **LOGRAR ENGENHARIA LTDA** é insuficiente para comprovar a capacidade técnica operacional em um contrato que terá 12 (doze) meses de duração, bem como, que a habilitação profissional do responsável técnico, Engenheiro Civil EDWARD DA COSTA SILVA NETTO, não o habilita para execução dos serviços constante no item 9.1, sub item 9.12.1.1, “manutenção e operação de usina de asfalto a quente”, citando e anexando ao recurso a RESOLUÇÃO CONFEA Nº 218/1973, que discrimina atividades das diferentes modalidades profissionais da Engenharia, Arquitetura e Agronomia.

No item III, a RECORRENTE vem requer:

“Que seja recebido o presente recurso, e seja reconsiderada a decisão da Comissão de Licitação no que tange a ter sido habilitada a empresa recorrida **LOGRAR ENGENHARIA LTDA**, com base no que foi exposto no presente recurso, inabilitando a empresa recorrida.

Diante do exposto, requerer se digne esta comissão em receber o tempestivo recurso, determinando o seu imediato processamento para ao final, acolhendo as razões supra, reconsiderar a decisão atacada, por ser direito a perfazer Justiça”.

DA CONTRARRAZÕES APRESENTADA NA PLATAFORMA BLL COMPRAS:

A empresa RECORRIDA, **LOGRAR ENGENHARIA EIRELI**, apresentou suas contrarrrazões na plataforma BLL compras, interposto dentro do prazo legal, portanto **tempestivo**.

Entretanto, faço constar que embora o pedido de CONTRARRAZÕES feito pela empresa **LOGRAR ENGENHARIA EIRELI** ter sido tempestivo, não será feito a análise do mérito, uma vez que a *contrarrrazão* interposta foi fundamentada na Lei nº 8.666/93, enquanto o certame licitatório foi amparado na Lei nº 14.133/21, conforme consta as folhas 02 (dois) do processo, preâmbulo do edital de Pregão Eletrônico nº 053/2023.

Faço constar, ainda, o parecer da Procuradoria Geral do Município no processo 14227 / 2023 (flowdocs): “(...)A empresa recorrida apresentou suas contrarrrazões com base na Lei nº 8.666/1993, enquanto o certame está sob a égide da Lei nº 14.133/2021, sendo vedada a aplicação combinada das duas legislações, nos termos do artigo 191, da Lei 14.133/2021. Desta forma e, considerando que não existem outros pontos a serem aproveitados como análise de defesa, entendo por prejudicadas as contrarrrazões da empresa Recorrida, eis que não prestam para o fim proposto (...)”.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

DO JULGAMENTO:

Considerando que o procedimento licitatório foi conduzido de maneira imparcial e isonômica e que age visando o interesse público e a proposta mais vantajosa para a administração, além de obedecer rigorosamente a todos os princípios que norteiam o universo licitatório, dentre eles a vinculação ao edital.

Considerando os princípios basilares aplicados ao direito administrativo e, mais especificamente, às licitações, nomeados no artigo 5º da Lei nº 14.133/21, com destaque aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade e do julgamento objetivo, e especialmente neste caso, da vinculação ao edital.

Observados os ritos legais, o recurso apresentado, antes da manifestação desta Pregoeira, foi enviado ao Setor Técnico, tendo em vista que a inabilitação da empresa se deu pela parte técnica quanto ao item 9.12, subitem 9.12.1.1.

Segue abaixo trecho do parecer do Setor Técnico, da Secretaria de Planejamento e Gestão, que consta anexo:

3. CONCLUSÃO

Diante do exposto pela empresa SERPAV COMÉRCIO E PAVIMENTAÇÃO LTDA e desconsiderando as informações da empresa LOGRAR ENGENHARIA LTDA, este Setor vem a esclarecer que os apontamentos realizados pela primeira empresa.

O primeiro apontamento que a LOGRAR não apresentou quantitativos mínimos para habilitação ao certame, a nova Lei de licitação prevê esta possibilidade, porém, neste certame em questão não houve esta previsão, assim impossibilitando o pedido de cumprimento deste parâmetro.

A empresa SERPAV também questiona o acervo técnico apresentado pela empresa LOGRAR. A empresa alega que o profissional responsável pela execução dos serviços, o engenheiro civil Edward da Costa Silva Netto, não é habilitado para realizar as atividades previstas no item 9.12.1.1 do edital. No entanto, o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Espírito Santo (CREA-ES) averbou o acervo técnico do profissional, comprovando sua capacidade técnica. Portanto, não é possível desconsiderar o documento emitido por um órgão de confiança.

Portanto, este Setor opina pela manutenção das decisões proferidas no dia do julgamento do certame, mantendo a **inabilitação** da empresa SERPAV COMÉRCIO E PAVIMENTAÇÃO LTDA e a **habilitação** da empresa LOGAR ENGENHARIA LTDA”.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

Ao analisar o recurso interposto pela empresa **SERPAV COMÉRCIO E PAVIMENTAÇÃO LTDA**, deve-se, primeiramente, informar o que consta no edital. Alega a RECORRENTE que o prazo constante na Certidão de Acervo Técnico apresentada pela empresa **LOGRAR ENGENHARIA LTDA** é insuficiente para comprovar a capacidade técnica operacional em um contrato que terá 12 (doze) meses de duração. Além de alegar, que a habilitação profissional do responsável técnico não o habilita para execução dos serviços constante no item 9.1, sub item 9.12.1.1, “manutenção e operação de usina de asfalto a quente.”

Vejamos o que diz o edital na parte técnica:

9.12. OUTROS DOCUMENTOS

9.12.1. Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto desta licitação, mediante apresentação de atestado(s) de capacidade técnica expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, para os quais já tenha o licitante executado serviço relativo ao objeto desta licitação, que comprove, a execução de obras com parcela(s), com o seguinte item de maior relevância técnica, conforme a seguir relacionado:

9.12.1.1. Manutenção e operação de usina de asfalto a quente;

9.12.1.2. Aplicação de CBUQ (concreto betuminoso usinado a quente);

9.12.2. Certidão de registro de pessoa jurídica em nome da licitante, dentro do prazo de validade, expedida pelo órgão competente da região a que está vinculada a sua sede, comprovando a sua habilitação para atuar na área do objeto da licitação;

9.12.3. Certidão de registro de pessoa física em nome do profissional, dentro do prazo de validade, expedida pelo órgão competente da região a que está vinculada a sua sede, comprovando a sua habilitação para atuar na área do objeto da licitação;

9.12.4. Prova de que a empresa possui em seu quadro permanente (não temporário), na data prevista para a entrega dos envelopes, profissional (ais) detentor de 01 (um) ou mais atestados de responsabilidade técnica, devidamente registrado(s) na entidade profissional competente, da região a que está vinculada a sede da empresa, que comprove(m) ter o profissional responsável executado obra de características semelhantes e compatíveis com o objeto desta licitação, que é serviços de operação e manutenção de usina de asfalto, e aplicação de CBUQ;

9.12.5. A não apresentação dos atestados técnicos requeridos, seja por omissão, quer por discordância, ou que apresentarem rasuras, emendas, borrões, ou entre linhas em suas partes essenciais de modo a ensejar dúvidas implicará na inabilitação do proponente.

Vejamos, também, o que diz a Lei nº 14.133/2021 a respeito de qualificação técnica:

Art. 67. A documentação relativa à qualificação técnico-profissional e técnico-operacional será restrita a:



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

I - apresentação de profissional, devidamente registrado no conselho profissional competente, quando for o caso, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, para fins de contratação;

II - certidões ou atestados, regularmente emitidos pelo conselho profissional competente, quando for o caso, que demonstrem capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, bem como documentos comprobatórios emitidos na forma do [§ 3º do art. 88 desta Lei](#);

(...)

Na análise do recurso, deve-se levar em conta o parecer do Setor Técnico descrito acima.

Ao verificar as documentações pertinentes apresentados no Pregão nº 053/2021, conforme print de tela de parte da CAT - Certidão de Acervo Técnico nº 75621 abaixo, é declarado pelo CREA-ES que o profissional, engenheiro civil, na parte resumo do contrato, realizou serviços de operação, manutenção preventiva e corretiva em usina de asfalto quente. Atestado e Certificado pelo órgão. Não existe no item 9.12 do edital informação de que a Certidão de Acervo Técnico deveria constar prazo de execução de serviço para comprovação de capacidade técnica.

Profissional:	EDWARD DA COSTA SILVA NETTO				
Registro:	RJ-2012120405/D	RNP:	2011182450		
Título Profissional:	ENGENHEIRO CIVIL				
Nº da ART:	0820210078138				
Registrada em:	21/07/2021				
Empresa contratada:	LOGRAR ENGENHARIA EIRELI				
Contratante:	TEOBRAS PROJETOS CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA	CPF/CNPJ:	03523237000145		
Proprietário:	TEOBRAS PROJETOS CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA	CPF/CNPJ:	03523237000145		
End. da Obra/Serviço:	RODOVIA BR 262 KM 15,6	Número:	S/N		
Complemento:		Bairro:	PIMENTAS		
Cidade:	VIANA	UF:	ES	CEP:	29130010
SERVIÇOS DA ART					
Atividade Técnica:	8.1 - EXECUÇÃO DE OBRA;				
Natureza - Obra de Serv.:	SERVIÇOS AFINS E CORRELATOS (ESPECIFICAR NO CAMPO 22);				
Tipo de Obra:	SERVIÇOS AFINS E CORRELATOS (ESPECIFICAR NO CAMPO 22);				
Participação técnica:	100 - RESPONSABILIDADE TÉCNICA;				
Nível da Participação:	EXECUÇÃO;				
Projetos/Serviços:	NENHUM;				
Resumo do Contrato:	SERVIÇOS DE OPERAÇÃO, MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM USINA DE ASFALTO A QUENTE.				
Documento de Conclusão:	ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA, EXPEDIDO PELA CONTRATANTE EM 05/MARÇO/2021. ASSINADO PELO ENGº AGRIMENSOR LUIZ CARLOS TEODORO - SÓCIO ADMINISTRADOR. CERTIFICADO POR ESTE CONSELHO (CONTRATO Nº 327/2021).				
Restrições:	"NÃO HÁ EXCETOS"				
Inf. Complementares:	CERTIFICAMOS, FINALMENTE, QUE SE ENCONTRA VINCULADO À PRESENTE CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO - CAT, CONFORME SELOS DE SEGURANÇA A 0117995, O ATESTADO CONTENDO 1 FOLHA(S), EXPEDIDO PELO CONTRATANTE DA OBRA/SERVIÇO, A QUEM CABE A RESPONSABILIDADE PELA VERACIDADE E EXATIDÃO DAS INFORMAÇÕES NELE CONSTANTES.				



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

No que se refere a habilitação profissional de que o responsável técnico não é habilitado para execução dos serviços, também não deve ser considerado. O próprio CREA-ES atesta e certifica que o engenheiro Civil, Edward da Costa Silva Netto, executou serviço de operação, manutenção preventiva e corretiva em usina de asfalto quente. O que no entendimento desta Pregoeira não deve ser contestado.

O CREAS, Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de qualquer Estado, especialmente o pesquisado por esta Pregoeira é o CREA-RJ, consta como missão em seu site: “O Crea-RJ atua em defesa da sociedade como órgão de fiscalização, de controle, de orientação e de aprimoramento do exercício e das atividades profissionais da Engenharia, da Agronomia e das Geociências coibindo o exercício ilegal da profissão, preservando os princípios éticos profissionais”.

Considerando que o órgão é responsável por coibir o exercício ilegal da profissão, como pode este mesmo órgão atestar e certificar uma CAT que seria ilegal? O CREA-ES emitiu a Certidão de Acervo Técnico para esse tipo de atividade em favor do profissional Engenheiro Civil, como pode essa Pregoeira invalidar esse documento, além do que não se pode exigir o tempo em um atestado se essa cláusula não constou no edital que rege o presente processo.

O Setor Técnico em seu parecer afirma: (...) “e consultando o Acervo 756/2021 no site do CREA-ES, este setor não há como contestar tal documento averbado pelo órgão”.

Em respeito ao princípio administrativo da vinculação ao edital, em um procedimento licitatório tanto a administração pública quanto o licitante deverão obedecer às normas editalícias de forma objetiva, respeitando o princípio da competitividade e garantindo a lisura dos procedimentos licitatórios.

O manual de Licitações e Contratos - Orientações e Jurisprudência do TCU, traz orientações e Acórdãos sobre o assunto. Vejamos:

A exigência de atestado de capacitação técnico-profissional ou técnico operacional deve limitar-se às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto licitado.
Acórdão 1771/2007 Plenário (Sumário)

Abstenha-se de exigir, a título de habilitação técnica, comprovante de registro em entidade de fiscalização profissional que não a relativa à atividade básica ou serviço preponderante prestada pela empresa, ainda que a exigência consista na comprovação de capacitação técnico-profissional do responsável técnico pela prestação dos serviços a serem contratados.
Acórdão 1368/2008 Plenário

Por fim, não se desviando do critério de julgamento objeto pré-estabelecido em Edital, ainda mais quando estamos falando de critérios de inabilitação, o que se aplica ao presente caso. Na verdade, não se aplica ao caso em tela, uma que não se pode criar cláusulas editalícias. Neste julgamento, é importante ressaltar, que o princípio da vinculação ao instrumento convocatório deve ser estritamente respeitado, mediante cumprimento ao estabelecido no edital.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

O manual de Licitações e Contratos - Orientações e Jurisprudência do TCU, traz, também, Acórdãos sobre o assunto. Vejamos:

Atente para o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, bem como abstenha-se de efetuar exigências que comprometam o caráter competitivo do certame, em desacordo (...)

Acórdão 112/2007 Plenário

Atente, quando da análise das propostas, para o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, abstando-se de aprovar propostas desconformes com o edital.

Acórdão 2406/2006 Plenário

A Procuradoria Geral do Município se manifesta com o seguinte parecer:

“(…) Recurso Administrativo apresentado pela empresa SERPAV COMÉRCIO E PAVIMENTAÇÃO LTDA. contra a habilitação da empresa LOGRAR ENGENHARIA LTDA. e também questionando o responsável técnico da mesma quanto à sua habilitação para executar atividades do item 9.1.12.1 do edital, alegando que o profissional não estaria habilitado a executar serviços que são destinados à manutenção e operação de usina de asfalto a quente, limitados aos engenheiros mecânicos e/ou elétricos.

A empresa recorrida apresentou suas contrarrazões com base na Lei nº 8.666/1993, enquanto o certame está sob a égide da Lei nº 14.133/2021, sendo vedada a aplicação combinada das duas legislações, nos termos do artigo 191, da Lei 14.133/2021.

Desta forma e, considerando que não existem outros pontos a serem aproveitados como análise de defesa, entendo por prejudicadas as contrarrazões da empresa Recorrida, eis que não prestam para o fim proposto.

Por outro lado, como os pontos controvertidos tratam de parte técnica, deve ser analisada a situação sob a ótica do Setor Técnico que, em seu parecer, destaca que apesar da Lei nº 14.133/2021 prevê a possibilidade de quantitativos mínimos para habilitação, porém o edital não trouxe tal exigência, impossibilitando a aferição em relação de quantidade. Também foi questionado o acervo técnico do profissional responsável pela execução dos serviços, este que está amparado pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Espírito Santo (CREA-ES), que averbou o acervo do profissional, comprovando sua capacidade técnica, não sendo possível desconsiderar o documento emitido por órgão fiscalizador da categoria, opinando pela manutenção das decisões proferidas no dia do julgamento do certame (inabilitação da empresa SERPAV COMÉRCIO E PAVIMENTAÇÃO LTDA. e habilitação da empresa LOGRAR ENGENHARIA LTDA.), razão pela qual acompanho integralmente o entendimento do Setor Técnico da SECPLANGE, opinando pelo não provimento do Recurso Administrativo (...). ”

Portanto:



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

Considerando o **RECURSO** apresentado pela empresa **SERPAV COMÉRCIO E PAVIMENTAÇÃO LTDA**;

Considerando as **CONTRARRAZÕES** apresentadas pela empresa **LOGRAR ENGENHARIA EIRELI**, não realizada a análise do mérito, uma vez que foi interposta fundamentada na Lei nº 8.666/93, enquanto o certame licitatório foi amparado na Lei nº 14.133/21;

Opino por não acatar o recurso interposto pela empresa **SERPAV COMÉRCIO E PAVIMENTAÇÃO LTDA**, pelas razões acima expostas, opinando pelo seu indeferimento e permanecendo como habilitada e apta a prosseguir no procedimento licitatório a empresa **LOGRAR ENGENHARIA EIRELI**, no que se refere ao Pregão Eletrônico nº 053/2023.

DA DECISÃO:

Deste modo, acolho o recurso interposto pela empresa **SERPAV COMÉRCIO E PAVIMENTAÇÃO LTDA** opinando pelo INDEFERIMENTO em sua totalidade, mantendo habilitada e apta para prosseguir no processo licitatório a empresa **LOGRAR ENGENHARIA EIRELI**, pertinente ao Pregão Eletrônico nº 042/2023. Remeta-se o recurso e contrarrecurso a Autoridade Superior competente, o Exmo. Senhor Prefeito para análise e deliberação, de acordo com a Lei nº 14.133/21. Após que a decisão seja dada aos interessados, bem como, seja publicado nos meios de comunicação, quais sejam, no Diário Oficial do Município, portal da transparência, além de ficar disponível para download na página da prefeitura no link: <https://www.sjvriopreto.rj.gov.br/licitacao>.

São José do Vale do Rio Preto, em 14 de novembro de 2023

FLAVIANA MEDEIROS LAMEIRA RIBEIRO
Pregoeira/Agente de contratação